

UM NOVO OLHAR PARA OS VERBOS: DA GRAMÁTICA TRADICIONAL À PERSPECTIVA DISCURSIVA

Yasmin Cibelle Soares da Silva Alves (UERJ)
cibellesalves@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca discutir sobre o verbo a partir de duas gramáticas tradicionais para se observar como essas abordagens se mostram insuficientes para perceber as dimensões discursivas da classe em questão. Como proposta de intervenção, o verbo é percebido pelas escolhas do enunciador por meio da parte do verbo *lhe* é invariável, a qual *lhe* confere a significação extralinguística advinda do radical. Em razão disso, parte-se do pressuposto de que as escolhas lexicais não são neutras de modo que elas manifestam o ponto de vista do enunciador. Para tanto, a proposta é calcada no referencial teórico da Linguística da Enunciação pela perspectiva de Catherine Kerbrat-Orecchioni (1986). Dessa maneira, tem-se o intuito de não apenas observar, mas também analisar como as escolhas do verbo feitas pelo enunciador são de suma importância para a construção de sentido do projeto de dizer, uma vez que por meio dessas escolhas emerge o caráter inerente à linguagem: a argumentatividade.

Palavras-chave:

Verbo. Gramáticas tradicionais. Linguística da Enunciação

1. Introdução

A partir da apresentação de como o verbo é abordado nas gramáticas tradicionais, constatamos que o estudo dessa classe de palavras parte de sua estruturação e sistematização, exemplificada em curtas sentenças, dando-se foco, principalmente a seus morfemas gramaticais que são unidades providas de significação interna à língua. Com isso, deixa-se de lado o tratamento do verbo pela sua parte invariável que dá a base comum de significação lexical, o radical, demonstrando-se uma insuficiência no trabalho com o verbo considerado apenas por seu viés, morfosemântico e sintático.

Por isso, propomos, neste trabalho, não pôr por terra as contribuições da gramática tradicional, mas tentar trazer um trabalho com o verbo que tome proporções discursivas, olhando para a parte da qual ele não prescinde: o seu radical. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que toda unidade léxica, em certa medida, parte de uma escolha subjetiva e essa escolha se manifesta no verbo não apenas no modo ou no aspecto verbal. O sujeito que fala manifesta sua subjetividade na língua em uso, visando (com)partilhar sua percepção com o outro. É por meio dessa

abordagem que visamos alcançar uma análise mais suficiente e produtiva para o tratamento textual-discursivo do verbo, indo para além de um trabalho fixado em níveis microestruturais, nomenclaturas e etiquetas da classe dos verbos.

2. *Fundamentação Teórica*

2.1. *Os Verbos nas Gramáticas Tradicionais*

O verbo é a classe mais densa e a mais complexa dentre as classes de palavras da língua portuguesa, destacando-se e particularizando-se por “uma extraordinária maleabilidade morfológica – uma vez que pode assumir pouco mais de sessenta variações flexionais” (AZEREDO, 2010, p. 200). Ao se explorar o caráter estritamente morfológico da classe, Azeredo (2010) diz que “[...] **verbo** é a espécie de palavra que ocorre nos enunciados sob distintas formas (vocábulo morfossintáticos) para a expressão das categorias de tempo, aspecto, modo, número e pessoa.” (p. 181). Com isso em vista, a classe em questão é explorada, sobretudo em relação a sua possibilidade de variar por seus sufixos flexionais e de significar, por meiodeles, na forma decategorias, o que pode justificar a síntese de Bechara (2001) o verbo é “a unidade de significado categorial que se caracteriza por ser um molde pelo qual se organiza o falar seu significado lexical” (p. 209). Por conseguinte, em razão disso, erige-se um olhar também semântico a partir da capacidade do verbo enquanto unidade lexical, como os substantivos e os adjetivos, de significar, mas por intermédio das referidas categorias verbais.

Considerando as variações morfológicas do verbo, cabe observar as categorias que as implicam, tarefa na qual, frequentemente, a gramática tradicional muito se empenha em descrever e sistematizar. Tais categorias verbais costumam ser, no mínimo, cinco como se pôde observar nas palavras do gramático Azeredo na citação acima. Primeiramente, Azeredo (2010) ressalta que dentre essas cinco categorias que lista, a categoria de tempo é a que caracteriza o verbo mais objetivamente, por conta da simples associação que pode ser feita entre suas formas que indicam noções cronológicas de presente, passado e futuro, já que as noções de número e pessoa não são inerentes ao verbo, são especificadas quando este se flexiona em tempo, comumente, em concordância com o sujeito da oração. Portanto, no verbo, surtem forças de regras sintáticas por conta da concordância verbo-sujeito manifesta pelas desinências número-pessoais.

Pela afirmativa de Azeredo (2010) sobre a objetividade da categoria de tempo, vale trazer uma concepção que se destaca dentre as gramáticas tradicionais em pauta ao se abordar mais uma categoria verbal por sua estreita ligação com a categoria de tempo, o aspecto verbal. Esta, no ponto de vista de Bechara (2001), à luz da perspectiva coseriana, evidencia que

(...) quer se trate de formas simples, quer de formas perifrásticas, também chamadas de locuções verbais. A pura definição temporal e o *tempo* aludem à posição da ação verbal no percurso; a determinação aspectual aludem à maneira de considerar a ação verbal no tempo (BECHARA, 2001, p. 213)

Desse modo, a estabilidade objetiva da eleição do tempo se mostra abalável por todo verbo estar sujeito às oposições aspectuais e pelo leque de escolhas tanto nas formas simples ou compostas de oposição perfectiva (conclusa) quanto nas formas imperfectivas (inconclusas) e, também, pelo item lexical que pode trazer um caráter aspectual. Cabe, além disso, observar a categoria de aspecto verbal para além das lentes da semântica nas formações simples e compostas do verbo, porque, apesar de Azeredo (2010) expor a preferência de alguns estudiosos pela distinção entre as variações formais de aspecto gramatical e as variações lexicais entendidas como aspecto lexical, Bechara (2001) dedica uma seção de mais de seis páginas para adentrar na questão do aspecto em variadas subcategorias, não apenas pelo referido viés formal do “aspecto gramatical”. Sendo assim, lança-se um olhar para o sentido léxico como um demonstrador do aspecto verbal, uma vez que, por exemplo, “olhar”, “chegar” e “saltitar” passam uma noção durativa, pontual e iterativa respectivamente (*Id., ibid.*, p. 214, 215). Nessa mesma linha de pensamento, apresenta as locuções verbais em que muitas vezes, “o auxiliar empresta um matiz semântico ao verbo principal dando origem aos chamados aspectos do verbo” (*Id., ibid.*, p. 230).

Assim, Bechara traz as classes de verbos auxiliares por meio de algumas classes semânticas, tais como, os verbos auxiliares “acusativos”, “modais”, “causativos e sensitivos”. Sendo os acusativos os que determinam com maior rigor o aspecto verbal ao qual o tempo, que não se define na divisão geral de presente, passado e futuro, o momento da ação verbal, como, “começar a escrever” (p. 231); os auxiliares causativos, “mandar”, “deixar” e sensitivos, “ouvir”, “olhar”. Por seu turno, o auxiliar modal se combina com mais rigor ao verbo principal para expressar o modo com que a ação verbal se realiza ou deixa de se realizar. Aqui se instaura uma concepção da avaliação do enunciador em relação à ação verbal, levando em conta, também, uma perspectiva pragmática.

Após essa breve exposição da categoria do aspecto que se apresenta de modo denso e diferenciado em cada gramática, podemos observar a avaliação e a escolha da construção em relação ao aspecto partem do enunciador, assim como o modo do verbo que, para Bechara, “Assinala a posição do falante com respeito à relação entre a ação verbal e seu agente ou fim, isto é, é o que o falante pensa dessa relação” (p. 213). Tais avaliações sobre a ação verbal podem ser tidas como incertas, desejadas, exigidas, entre outras. A partir disso, originam-se os modos indicativo, subjuntivo, condicional, optativo, imperativo. É interessante notar que ambas as categorias de modo e de aspecto se erigem, fundamentalmente, pelo eixo enunciativo e discursivo, o que ocorre pelo viés do morfema gramatical que diz respeito às partes variáveis do verbo, isto é, seus morfemas flexionais. Outro nível gramatical bastante explorado pelos gramáticos, no tratamento do verbo, é o sintático o qual tem suma importância por ser o eixo estrutural da oração. Portanto, vistos os níveis gramaticais trabalhados pelos gramáticos, nesta seção, convém ainda ver o verbo pelo viés discursivo a partir da escolha do enunciador sobre o radical da palavra, como veremos na seção seguinte.

2.2. O olhar para outra dimensão: os verbos em função discursiva

Por meio da breve apresentação de duas perspectivas sobre a classe gramatical do verbo mediante duas gramáticas tradicionais, podemos perceber como se deixa a desejar, no tratamento do verbo, sua parte invariável que dá a base comum de significação, fazendo o verbo se firmar como palavra linguisticamente, já que o radical é um lexema que é dotado de significação extralinguística, de acordo com Henriques (2014). Nesse sentido, torna-se incoerente a falta dessa inclinação ao significado lexical, uma vez que este constituinte é imprescindível e um dos morfemas flexionais do verbo pode faltar em sua construção (CUNHA, 2001, p. 388). Com isso, é manifestada uma insuficiência no trabalho com o verbo que é considerado apenas por seu viés, morfossemântico e sintático, visto que se trata de uma unidade de significação gramatical e lexical, o que envolve fatores que extrapolam os fatores internos à língua.

Por isso, propomos, neste trabalho, não suplantarmos as concepções da gramática tradicional, mas ampliá-las no intuito de integrá-las às perspectivas que abranjam o nível textual-discursivo do verbo para tratamento produtivo do verbo pelos efeitos de sentidos de seu uso. Indo ao en-

contro dessa concepção, os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) orientam que

Deve-se ter claro, na seleção dos conteúdos de análise linguística, que a referência não pode ser a gramática tradicional. A preocupação não é reconstruir com os alunos o quadro descritivo constante dos manuais de gramática escolar (por exemplo, o estudo ordenado das classes de palavras com suas múltiplas subdivisões, a construção de paradigmas morfológicos, como as conjugações verbais estudadas de um fôlego em todas as suas formas temporais e modais, ou de pontos de gramática, como todas as regras de concordância, com suas exceções reconhecidas). (PCN, 1998, p. 28, 29)

Para tanto, o referencial teórico utilizado sobre o qual explanaremos adiante é pautado na teoria proposta por Catherine Kerbrat-Orecchioni (1986) que, à luz da concepção benvenistiana da Linguística da Enunciação, volta-se para a escolha do enunciador sobre o verbo por seu conteúdo extralinguístico, ultrapassando os limites das justificativas dos usos dos gramemas. Mediante isso, partimos do pressuposto de que o posicionamento do enunciador em relação ao verbo não reside apenas no modo e no aspecto verbal como tratam as gramáticas tradicionais, mas reside, sobretudo na parte que lhe é invariável, seu significado lexical, uma vez que

[...] el empleo de cualquier unidad léxica – y los verbos no escapan a la regla – puede considerarse, en cierto sentido, como subjetivo, y hasta una aserción como “Pedro está corriendo” puede prestarse a discusión (“no, está caminando”) (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 131)

Partindo dessa perspectiva, a autora sustenta uma concepção centralizada na materialização da subjetividade do falante, do enunciador no e pelo discurso, o que se manifesta em suas escolhas linguísticas. Para tanto, Kerbrat-Orecchioni (1986) parte de uma problemática que circunda o esquema da comunicação verbal de Roman Jakobson em que são seis os fatores que propiciam a comunicação: emissor, mensagem, código, contexto, canal e destinatário. Em relação ao esquema proposto, a autora afirma que ele apenas poderia ser rebatido por não ter abarcado mais elementos, tornando-o mais complexo. Por isso, reformula o célebre esquema da comunicação verbal, primeiramente expandindo a visão do pertencimento do código não apenas ao emissor, tido como produtor, mas abrangendo também o destinatário que é o interpretante.

A reformulação de Kerbrat-Orecchioni se desdobra pela inclusão de competências que dizem respeito ao emissor e ao receptor no processo de (de)codificação da mensagem. Tendo isso em vista, em primeiro lu-

gar, pelo universo do discurso, um emissor não delinea sua mensagem aleatoriamente, pois esta pode ser contornada pelas condições concretas da comunicação e pelas restrições de gênero, o que vem abarcar as *restrições do universo do discurso*. Imbuída por essa concepção, a autora traz as *competências não linguísticas* com as quais evidencia que, nas duas esferas do emissor e do receptor, há *determinações psicológicas e psicoanalíticas* que intervêm nas operações de codificação e de decodificação. Além dessa competência não linguística, discorre também sobre as *competências culturais*, nas quais se conjugam os conhecimentos implícitos sobre o mundo, e as *competências ideológicas* que se referem ao conjunto de sistemas de interpretação e de avaliação do universo referencial. Por fim, Kerbrat-Orecchioni trata dos *modelos de produção/interpretação* com os quais parte do pressuposto que os sujeitos da situação de comunicação têm seus conjuntos de conhecimentos linguísticos, os quais manifestam as competências linguísticas.

Com isso, em um ato comunicativo o enunciador e o receptor, ao se instaurar um ato enunciativo, fazem funcionar regras que regem o processo de codificação e decodificação e o conjunto, uma vez explicitado, constituiria os modelos de produção e comunicação. A partir dessa proposta, a autora, em consonância com o linguísta Benveniste, afirma que é possível observar como se articulam diferentes competências, como elas atuam na (de) codificação e como se efetuam em uma determinada situação a referência em uma mensagem verbal, elaborando, enfim, modelos de produção e interpretação a conversão da língua em curso. Nesse sentido, Kerbrat-Orecchioni (1986) introduz o tema pelo qual veio solidificando bases para tratar: a enunciação. Esta seria “[...] en principio el conjunto de los fenómenos observables cuando se pone en movimiento, durante un acto particular de comunicación, el conjunto de los elementos que hemos previamente esquematizado” (p. 38). Em razão disso, a autora esclarece seu posicionamento teórico-metodológico na Linguística da Enunciação que seria o que focaliza os lugares em que se inscrevem e as modalidades de existência do que, em consonância com Benveniste, chama-se de “*subjetividade na linguagem*” (p. 42). Para tal, a autora estuda procedimentos linguísticos de qualquer natureza e qual quer nível (*shifters*, modalizadores, termos avaliativos, etc.) que funcionam como índices da inscrição do sujeito no enunciado do sujeito.

Por meio da manifestação de seu posicionamento metodológico em seu trabalho com a enunciação, a autora adentra nas reflexões sobre alguns lugares em que as referidas marcas linguísticas manifestam a

subjetividade, os subjetivemas, traços afetivos, axiológicos de valor bom ou mau e modalizadores que imprimem um juízo de incerteza, verdade ou falsidade os quais se estabelecem na linguagem. Tendo em vista que a autora não compreende a língua como uma etiquetagem das coisas no mundo, é verificado que o processo de referência se dá por um triângulo semiótico no qual a codificação desta materialidade se orienta pelo referente, o denotado, pelo significado e pelo significante, em consonância com o que postulou Pierce.

Por meio dessa concepção sobre referência, Kerbrat-Orecchioni (1986) declara que tanto na codificação quanto na decodificação o sujeito necessita de três tipos de mecanismos referenciais. O primeiro seria a referência absoluta, em que a relação de sentido com o significante é mais objetiva, mas ainda é arbitrária a referência relativa ao contexto linguístico em que a palavra apenas tem sentido dentro de um contexto. Por fim, temos a referência relativa a situação de comunicação, ou “deitica”, (p. 47), já que a denominação de um objeto extralinguístico pode diferir em cada um desses tipos de referência. A partir desses três vieses sobre a referência com os quais dá sedimento para as observações concernentes à subjetividade na linguagem, Kerbrat-Orecchioni passa para as inscrições dessa subjetividade na materialidade linguística por meio desses mecanismos referenciais.

Por essa razão, em relação à classe gramatical que nos interessa neste trabalho, é válido notar que os verbos apresentam sua subjetividade de modo mais complexo que o adjetivo e o substantivo no que concerne à análise de seu uso, uma vez que seu valor avaliativo se constitui sobremaneira pelo assunto tratado (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 131). No que diz respeito aos verbos subjetivos, essa noção valorativa incide na sentença, visto que estudar esses tipos de verbo implica em uma tripla distinção. Segundo Kerbrat-Orecchioni, as distinções são de quem avalia que pode ser o agente ou enunciador, ou ambos podem coincidir, o modo que se avalia que pode recair na natureza do juízo de valor axiológico ou modalizador (verdadeiro, falso e incerto) e, enfim, o que está sendo avaliado o processo em si ou o objeto do processo. Nesse sentido, a autora propõe duas classes de verbos subjetivos com vistas à materialização das unidades significativas que inscrevem os diferentes rastros da subjetividade segundo o seu funcionamento semântico lexical.

A primeira classe dos verbos subjetivos é a dos *verbos ocasionalmente subjetivos*. Neles, a avaliação não implica em um juízo avalia-

tivo a princípio, sendo esta geralmente feita pelo agente do processo ao avaliar o objeto em termos axiológicos, como pode ser visto em verbos de sentimento que podem incorrer na avaliação axiológica e em uma afetividade, como, os verbos desejar, apreciar, gostar, etc., subjaz como um verdadeiro semema pertencente ao significado lexical o teor avaliativo. Nessa mesma orientação axiológica, pode-se pensar os verbos da classe semântica de dizer a qual abarca também os verbos tidos como “declarativos” ou de dizer, tais como, perguntar, elogiar e insultar. Dentro dessa classe semântica que parece ser em demasiado aberta, é contornado um parâmetro de modo que há verbos que nunca denotarão um dizer, como, andar, verbos em são inerentes tal ideia, como, falar, criticar e dizer, e verbos que, pelo contexto, ganham o sentido de dizer, tais como, reafirmar, continuar e adicionar, como, podemos perceber em: Pedro calou-se, mas Luísa terminou: essa família não tem bons costumes.

Quando a avaliação dos verbos ocasionalmente subjetivos emerge do juízo de incerteza, verdade e falsidade, sempre se desdobra do agente. À guisa de exemplos desse tipo de avaliação, vemos a possibilidade de ocorrer em verbos perceptivos e de opinião (p. 132). No primeiro caso, a ideia reside em verbos, como, “queimar”, “parecer”, uma vez que expressem uma apreensão perceptiva. No caso de verbos que expressam uma apreensão intelectual, podemos verificar isso em verbos de opinião servem ao locutor para informar ao destinatário acerca das opiniões de um terceiro. Com isso em mente, pode-se apresentar alguns verbos de opinião: “creer”, “pensar”, “encontrar”, o verbo “saber” (p. 137) se insere nesta classe de maneira relativa, pois se orienta pelo prisma do maior grau de adesão de quem o locutor fala.

Por sua vez, a classe dos verbos intrinsecamente subjetivos se insere na divisão entre as subclasses dos verbos intrinsecamente axiológicos ou intrinsecamente modalizadores. A classe dos verbos subjetivos intrinsecamente axiológicos se configura a partir da fonte da avaliação axiológica se erigir pelo sujeito da enunciação e a avaliação se referir, em primeiro lugar, ao processo denotado por esse sujeito e/ou, consequentemente, refere-se ao agente.

É conveniente observar que o valor axiológico do verbo pode ser estável e se tornar axiológico pelas peculiaridades do contexto. Exemplos de verbos dados pela autora que se introduzem nessa classe são os verbos que apresentam comportamento verbal, “ulular”, “grasnar” e “berrar”, por exemplo, e verbos que trazem uma noção paraverbal, como, “com-

prometer”, “perpetrar”, “reincidir”, “degenerar” que têm acepções negativas, no caso, implicando essencialmente em uma desvalorização ou valorização do agente ou do sujeito e/ou objeto. Por seu turno, a noção valorativa se manifesta em verbos, como, “triunfar” e “merecer”, tendo este valor ambíguo axiologicamente, uma vez que “merecer castigo”, é mau. Por fim, a autora abrange alguns exemplos de verbos cuja conotação axiológica contextual parece relativamente estável, por exemplo, “beneficiar-se com”, “servir-se de”, “inflingir” (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986, p. 142), sendo, em princípio, da categoria de bom o objeto ou entidade de que se serve e com se beneficia e de mau objeto ou ser que é infligido.

Enfim, resta-nos abordar os verbos subjetivos modalizadores nos atendo ao caso dos *verbos de julgamento* que podem ser axiológicos do ponto de vista sobre quem incide o julgamento e modalizadores do ponto de vista do locutor. Os verbos de dizer, os “declarativos”, também podem antecipar ou não a noção modalizadora de verdade ou falsidade, como, “pretexar”, “contradizer”, “admitir”, “contextar”. Estes verbos modalizadores que têm a propriedade de permitir o falante emitir um juízo de verdade, falsidade sobre alguns fatos, sobre alguns conteúdos, declarações mentais ou discursivas no sintagma do objeto que elas introduzem, eles são às vezes chamados de “factivos”. Em suma, embora haja essas duas classes para os verbos subjetivos, elas não se delineiam de modo estanque porque há classes semânticas de verbos em pode incidir vários desses esquemas de classificação subjetiva dos verbos, a exemplo do verbo “acusar” e “criticar” que, além disso, acumula vários tipos de avaliação tanto axiológicas quanto modalizadoras, consoante observa Kerbrat-Orecchioni (1986), pois se avaliação se liga ao objeto do sintagma, é axiológica, caso se ligue ao enunciador é modalizadora.

3. *Análise do corpus*

Partindo para a aplicação da proposta teórica, compartilhamos da posição de que em todo e qualquer discurso se assume um ponto de vista com o qual buscamos influenciar o outro, sendo a argumentatividade uma característica inerente à linguagem. Por essa razão que, na mesma linha de pensamento de Kerbrat-Orecchioni, Koch (2011) afirma que o ato de argumentar se constitui como um ato fundamental, pois a todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia, “a neutralidade é apenas um mito: o discurso que se prende ao “neutro”, ingênuo, contém também

uma ideologia – a da sua própria objetividade” (p. 17). Para tanto, o primeiro texto trata-se um texto publicitário e o segundo de uma crônica. A partir desses textos, veremos, por meio da contribuição do referencial teórico da subjetividade na enunciação, como os verbos subjetivos podem aclarar as escolhas do enunciador e como essas escolhas trazem à tona as orientações argumentativas, o propósito comunicativo e o projeto de dizer que visam influenciar o receptor do texto.

A seguinte propaganda publicitária da Chevrolet pode ser emblemática para demonstrar como os verbos subjetivos podem ser subjetivemas de alta contribuição para a construção de sentido.

TEXTO I



O gênero propaganda busca promover a venda de um produto, para tanto, nesse caso, esse objetivo é construído de maneira evidente pela carga valorativa imputada a quem o texto se direciona. A propaganda gira em torno apenas de três verbos “valorizar”, “carrega” e “faz”. O primeiro verbo é axiológico por estar imerso na noção do bem, dando uma carga valorativa ao complemento do verbo que é avaliado, “quem carrega o país nas costas” que é construída de maneira imperativa, pois “é hora de valorizar”. Mediante essa noção positiva deflagrada pelo verbo “valorizar” no seu complemento, sobre o verbo “carregar”, que seria de noção mais objetiva, neutra, ganha acepção positiva. Sendo assim, o verbo “carrega” passa a denotar um processo axiologicamente bom feito pelo agente, o sujeito “quem”, um pronome indeterminado que, não à toa, serve para quem se identificar com esse sujeito em aberto receba toda a carga valorativa acerca de “quem carrega o país nas costas”.

Portanto, a marca valoriza o seu produto anunciado por valorizar primeiramente seu público-alvo, pois o carro foi “feito pra quem faz”, conforme consta na *hashtag* da propaganda. Essa estratégia persuasiva intensifica a adesão da ideia que promove a venda do produto. De modo

similar ao que ocorre com o verbo “carrega”, o verbo “faz”, que normalmente não agrega juízo de valor, passa a ter um juízo bom por conta de todo o contexto linguístico já descrito. Assim, ocorre por se apelar ao sentimento do público, vai além do convencimento, por se tentar persuadir, pois aquele, conforme Abreu (2005), se relaciona com o saber gerenciar informação, é falar a razão do outro, demonstrando, provando, por sua vez, persuadir trata-se de saber gerenciar relação, é falar à emoção do outro (ABREU, 2005, p. 25). Logo, essa propaganda cumpre com seu objetivo por usar a linguagem de forma sedutora para promover seu produto, especialmente pelas escolhas do verbo em seu viés lexical.

TEXTO II

O segundo texto trata-se de uma crônica, um gênero que registra temas do cotidiano, tecendo críticas sociais ou construindo um humor. A crônica se intitula *Complexo de Vira-latas*, de Nelson Rodrigues, datada em 31 de maio de 1958, publicada na revista *Manchete* esportiva e republicado em *A sombra das chuteiras imortais* – crônicas de futebol, com a organização de Ruy Castro para a Cia. Das Letras em 1993. Segundo o comentário de Luís Augusto Fischer que consta na obra, o texto diz respeito à última crônica antes da estreia do Brasil na Copa de 1958, que, como se sabe, foi a primeira vencida pela Seleção brasileira. O escritor Nelson Rodrigues mantinha, nesta publicação, uma coluna chamada “Personagem da semana”, o que vem explicar e contextualizar a introdução da narrativa.

Tal obra de Nelson Rodrigues vem sustentar uma crítica social de que os brasileiros têm um complexo, um transtorno de autoestima velados que se manifestam, inicialmente, pela situação da seleção brasileira que havia partido para a competição mundial de futebol e pela percepção dos brasileiros sobre o fato. Isso podemos observar logo no primeiro parágrafo pelos verbos intrinsecamente axiológicos, como, “vacila” e “esbraveje” que exprimem um comportamento. O primeiro verbo refere-se à avaliação axiológica de carga negativa por parte do enunciador sobre o processo denotado em relação ao sentimento do brasileiro frente ao jogo, pois é “o Brasil” que hesita, que oscila entre “o pessimismo mais obstuso e a esperança mais frenética” concernente à atuação da seleção na Copa do Mundo.

O “Brasil” referido na crônica pode ser notado como um conjunto que agrega a nação inteira, podendo expandir-se aos jogadores da seleção. Isso se justifica pela indeterminação pelo pronome “quem”, sujeito,

agente do verbo “esbraveje” que denota um comportamento verbal de juízo de valor negativo, mau com o qual se busca definir esse ato de falar do sentimento dos brasileiros ao se pronunciarem sobre o tema. Nessa introdução, o narrador delinea a condição, a situação dos brasileiros com o julgamento negativo, visto que o comportamento das pessoas da nação desse narrador se circunscreve nos verbos destacados, sustentando a tese que gira em torno de uma problemática de autoestima brasileira estabelecida, nesse primeiro momento, através da pergunta: “não será esta atitude negativa o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado?” que será respondida no decorrer da crônica.

Por outro lado, a partir do segundo parágrafo, do desenvolvimento da crônica, o narrador, às vezes, passa a se envolver com o fato narrado. O que não acontecia no primeiro parágrafo no qual havia um distanciamento do enunciador que apenas observava e julgava a situação. Assim, agora, o posicionamento do enunciador se erige por meio de avaliações não somente axiológicas, como também modalizadoras pelos verbos subjetivos, o que propicia o foco na avaliação dos complementos dos processos que inscrevem o modo como o narrador lida com o que trata e encaminha a apresentação dos acontecimentos que desencadearam o mencionado problema de autoestima brasileira, o “complexo de viralatas”.

À guisa de exemplo desse contrabalanceamento de verbos subjetivos axiológicos e modalizadores, no segundo parágrafo, o autor discorre sobre a derrota do Brasil para o Uruguai e o modo como um jogador uruguaio não permitiu que a seleção brasileira ganhasse: “Dir-se-ia que foi ontem, e não há oito anos, que, aos berros, Obdulio *arrancou*, de nós, o título. Eu disse “*arrancou*” como *poderia dizer*: – “*extraiu*” de nós o título como se fosse um dente”. O verbo “arrancou” denota a ação vista como agressiva e ofensiva do jogador uruguaio Obdulio fazer o seu país ganhar sobre o Brasil, tanto que “poderia dizer: extraiu”. O narrador parece intensificar a impressão negativa sobre a perda do campeonato, encaminhando seu interlocutor para essa visão pela construção “poderia dizer”, uma modalização, erigida pela avaliação do complemento que deixa de se voltar para o processo, o ato de arrancar o título, para uma conclusão e denotação mais contundente do processo da perda do título pelo verbo “extraiu”.

Outro exemplo se dá quando o narrador aponta um argumento para o problema da autoestima brasileira por meio de uma reação hipotéti-

ca, como podemos ver a partir dos verbos destacados nesse excerto: “E, hoje, se *negamos* o escrete de 58, não tenhamos dúvidas: - é ainda a frustração de 50 que funciona. *Gostaríamos* talvez de acreditar na seleção”. No primeiro verbo grifado “negamos”, trata-se de um verbo subjetivo intrinsecamente modalizador cuja propriedade é viabilizar ao enunciador atribuir um juízo de verdade ou falsidade ou incerteza sobre o complemento do verbo, de acordo com Kerbrat-Orecchioni (p. 148), no contexto em que “negamos” se inscreve, a modalização traz o juízo de verdade à declaração de que há uma frustração por conta da perda em 1950. Nesse caso, a avaliação é simultaneamente do agente e do enunciador. Já o verbo “gostaríamos” confere a avaliação do agente e do enunciador sobre o complemento que é o sentimento bom que não se estabelece entre os brasileiros, não ter fé na seleção, logo, incide um juízo axiológico.

Todavia, no quarto parágrafo, o narrador parte para uma concessão, pois ele próprio crê no brasileiro, declarando, com um verbo de opinião, de apreensão intelectual, “acredito”, seu posicionamento diante da situação problematizada. Para isso, o narrador mostra sua crença de que não há jogadores como os brasileiros, já que “inclusive os ex-fabulosos húngaros, que *apanharam* aqui, do aspirante-enxertado Flamengo”. Esse acreditar no brasileiro é contundente a ponto de demonstrar que essa crença se configura como boa, uma vez que a avaliação axiológica do verbo “apanharam” é, no contexto, boa, já que esse verbo é escolhido para descrever o sofrimento dos húngaros em relação ao processo da perda do jogo que conferiu vitória aos brasileiros. Para o narrador, ainda que citassem um grande jogador, como, Puskas, para contrapor um brasileiro, o narrador antecipa sua resistência à contraposição devido a noção modalizadora de verdade do que acredita manifesta pelo verbo “contra-argumento”, que expressa a invalidade de qualquer outro jogador ser melhor que os jogadores brasileiros.

O narrador ainda expressa que é detentor da verdade, no quinto parágrafo, por crer na habilidade de qualquer jogador brasileiro. A partir disso, o narrador afirma que os brasileiros têm dons em excesso, mas “[...] só uma coisa nos *atrapalha* e, por vezes, *invalida* as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de “complexo de vira-latas”. Destacam-se, nesse fragmento, os verbos cujas avaliações axiológicas negativas recaem sobre o processo denotado da impossibilidade da manifestação da excelência brasileira em decorrência do “complexo de vira-latas”. Por essa expressão, o narrador demonstra sua compreensão,

comoagente e enunciador dela, pelo verbo de apreensão intelectual “entendo”, que serve ao escritor para informar ao destinatário acerca de suas opiniões diante do termo que encapsula a problemática da autoestima brasileira, o “complexo de vira-latas” que seria “a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo”.

Para continuar justificando sua tese de que os brasileiros têm um complexo de autoestima, relata mais acontecimentos para justificar agora que esse complexo se dá em todos os setores, sobretudo no futebol como vem trazendo, visto que “Dizer que nós *nos julgamos* “os maiores” é uma cínica inverdade”. Em Wembley, por que *perdemos*? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira *ganiu* de humildade”. Todos os verbos são intrinsecamente subjetivos, exceto “julgamos” nesse contexto, pois denota o ponto de vista do enunciador/agente pelo juízo de falsidade, é um modalizador mediante a observação da sentença em que se verifica a “cínica inverdade” de os brasileiros serem os maiores.

Por sua vez, os outros verbos, “perdemos” e “ganiu”, caracterizam o processo com juízo axiológico de modo a imputar um valor negativo a perda do jogo em Wembley. Vale dar relevância ao verbo paraverbal, “ganiu”, em que o agente do processo é a equipe brasileira que diante do ocorrido reagiu como um cão gemendo de humildade. Logo, a escolha lexical do enunciador para avaliar esse processo da reação a perda corrobora com o entendimento do “complexo de vira-latas” tido como verdade por ele. Além desse verbo contribuir para a construção e os efeitos de sentidos do texto e seu projeto de dizer, pois tal verbo “ganir” traz à tona a imagem de cão submisso e inferior, um vira-latas, uma raça sem definição, noção que perfaz a expressão escolhida pelo autor da obra que não ingenuamente compõe o título da crônica, “complexo de vira-latas”.

No último parágrafo, em que há uma conclusão na qual se refere especificamente ao futebol em relação à tese em que defende que há um problema de autoestima, “é um problema de fé em si mesmo” ao que instaura uma proposta como podemos nos verificar pelos verbos subjetivos “precisa se convencer” que confere um teor de verdade ao complemento de algo que deve, tem a necessidade de ser feito pelo modalizador “precisar” junto ao verbo que expressa uma apreensão intelectual “convencer”, em que se interpela à razão do outro, “o brasileiro”, quem precisa aderir a convicção de que não é um vira-latas. Por meio desse convencimento, o brasileiro em campo precisará de dez para segurá-lo, mas o

narrador diz “insisto” um verbo que denota o modo de ver categórico do narrador de maneira que reitera sua convicção que se pautava em postura que o brasileiro deveria ter, tem tudo para ter, mas não tem, por isso, “para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão”.

Essa crônica, por conseguinte, traz um alto teor argumentativo, porque sustenta uma tese por meio de uma sequência de argumentos. Tais argumentos se baseiam, como podemos observar, em fatos que se desenvolvem pela narração em que predominam verbos de ação (AZEREDO, 2010). Estes se realizam, na obra, pelos verbos subjetivos os grandes índices das escolhas do enunciatore para manifestar sua avaliação diante das ações tomadas por seus personagens e por ele mesmo, denotando o modo como via os processos e seus objetos, logo, a sua forma de perceber sua realidade. Logo, os verbos analisados contribuem para as orientações argumentativas do projeto de dizer do enunciatore que busca convencer os leitores de sua crônica do seu ponto de vista, influenciando-os de que há um “complexo de vira-latas”, o que afeta o desempenho do brasileiro em diferentes áreas, sobretudo no futebol.

4. Conclusão

Mediante a explanação do referencial teórico e da proposta de aplicação feitas neste trabalho, buscamos refletir sobre o verbo além de sistematizações morfossintáticas pautadas em exaustivas nomenclaturas. Nesse sentido, visou abranger uma proposta para a referida “análise linguística” de que discorrem os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) no ensino de língua portuguesa em sala de aula que não deve se limitar à descrição ou nomenclaturas, já que se visa a capacitação de leitores e escritores de texto. Desse modo, os PCNs reconhecem a insuficiência do trabalho com a gramática tradicional para se atingir os objetivos propostos com a educação básica, porque se deve ir além, atingindo níveis discursivos e pragmáticos, pensando a língua como prática, como interação. Portanto, consideramos que o presente trabalho se instaura nessa tentativa de trabalho produtivo com a língua, vendo, nela, as marcas linguísticas da onipresença da subjetividade, o que pode ser um valioso ferramenta para que se alcancem os objetivos visados no ensino de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Antônio Suárez. *A Arte de Argumentar: gerenciando razão e emoção*. 8. ed. São Paulo: Cotia: Ateliê Editorial, 2005.
- AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2010.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática do Portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.
- CUNHA, Celso; Luís F. Lindley Cintra. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HENRIQUES, Cláudio Cezar. *Morfologia: estudos lexicais em perspectiva sincrônica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La enunciación*. De la subjetividad en el lenguaje. Buenos Aires: Edicial, 1986.
- KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. *Argumentação e Linguagem*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: primeiro e segundo ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 51-2: Complexo de vira-latas. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/cdrom/rodrigues03/rodrigues3.pdf>>. Acesso em: 30/08/2018.

ANEXO

Complexo de vira-latas

Nelson Rodrigues

RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993. p. 51-2: Complexo de vira-latas.

Comentário: Luís Augusto Fischer (UFRGS) COMPLEXO DE VIRALATAS (Texto editado na revista Manchete esportiva, a 31 de maio de 1958, e republicado em *À sombra das chuteiras imortais* - crônicas de futebol (organização de Ruy Castro para a Cia. das Letras, São Paulo, 1993). Trata-se da última crônica antes da estréia do Brasil na Copa de 1958, que, como se sabe, foi a primeira vencida pela Seleção brasileira.

Nelson mantinha, nesta publicação, uma coluna chamada “Personagem da semana”, o que explica o começo do texto.)

Hoje vou fazer do escrete o meu numeroso personagem da semana. Os jogadores já partiram e o Brasil vacila entre o pessimismo mais obtuso e a esperança mais frenética. Nas esquinas, nos botecos, por toda parte, há quem esbraveje: – “O Brasil não vai nem se classificar!”. E, aqui, eu pergunto: - não será esta atitude negativa o disfarce de um otimismo inconfesso e envergonhado?

Eis a verdade, amigos: – desde 50 que o nosso futebol tem pudor de acreditar em si mesmo. A derrota frente aos uruguaiois, na última batalha, ainda faz sofrer, na cara e na alma, qualquer brasileiro. Foi uma humilhação nacional que nada, absolutamente nada, pode curar. Dizem que tudo passa, mas eu vos digo: menos a dor-de-cotovelo que nos ficou dos 2 x 1. E custa crer que um escore tão pequeno possa causar uma dor tão grande. O tempo em vão sobre a derrota. Dir-se-ia que foi ontem, e não há oito anos, que, aos berros, Obdulio arrancou, de nós, o título. Eu disse “arrancou” como poderia dizer: – “extraíu” de nós o título como se fosse um dente.

E, hoje, se negamos o escrete de 58, não tenhamos dúvidas: - é ainda a frustração de 50 que funciona. Gostaríamos talvez de acreditar na seleção. Mas o que nos trava é o seguinte: – o pânico de uma nova e irremediável desilusão. E guardamos, para nós mesmos, qualquer esperança. Só imagino uma coisa: – se o Brasil vence na Suécia, e volta campeão do mundo! Ah, a fé que escondemos, a fé que negamos, rebentaria todas as comportas e 60 milhões de brasileiros iam acabar no hospício.

Mas vejamos: - o escrete brasileiro tem, realmente, possibilidades concretas? Eu poderia responder, simplesmente, “não”. Mas eis a verdade: - eu acredito no brasileiro, e pior do que isso: - sou de um patriotismo inatual e agressivo, digno de um granadeiro bigodudo. Tenho visto jogadores de outros países, inclusive os ex-fabulosos húngaros, que apanharam, aqui, do aspirante-enxertado Flamengo. Pois bem: – não vi ninguém que se comparasse aos nossos. Fala-se num Puskas. Eu contra-argumento com um Ademir, um Didi, um Leônidas, um Jair, um Zizinho.

A pura, a santa verdade é a seguinte: – qualquer jogador brasileiro, quando se desamarra de suas inibições e se põe em estado de graça, é algo de único em matéria de fantasia, de improvisação, de invenção. Em suma: – temos dons em excesso. E só uma coisa nos atrapalha e, por vezes, invalida as nossas qualidades. Quero aludir ao que eu poderia chamar de

“complexo de vira-latas”. Estou a imaginar o espanto do leitor: – “O que vem a ser isso?”. Eu explico.

Por “complexo de vira-latas”, entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo. Isto em todos os setores e, sobretudo, no futebol. Dizer que nós nos julgamos “os maiores” é uma cínica inverdade. Em Wembley, por que perdemos? Porque, diante do quadro inglês, louro e sardento, a equipe brasileira ganiu de humildade. Jamais foi tão evidente e, eu diria mesmo, espetacular o nosso vira-latismo. Na já citada vergonha de 50, éramos superiores aos adversários. Além disso, levávamos a vantagemdo empate. Pois bem: – e per- demos da maneira mais abjeta. Por um motivo muito simples: – porque Obdulio nos tratou a pontapés, como se vira-latas fôssemos.

Eu vos digo: – o problema do escrete não é mais de futebol, nem de técnica, nem de tática. Absolutamente. É um problema de fé em si mesmo. O brasileiro precisa se convencer de que não é um vira-latas e que tem futebol para dar e vender, lá na Suécia. Uma vez que se convença disso, ponham-no para correr em campo e ele precisará de dez para segurar, como o chinês da anedota. Insisto: – para o escrete, ser ou não ser vira-latas, eis a questão.